

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**4ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 8 de março de 2022. Sessão realizada de forma mista (presencial e virtual).**

**PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES**

À hora marcada, 15 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Lula Cadore, Osni Cardoso Lula da Silva, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosenberg Lula Pinto, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo e Zó.(56)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei Complementar nº 143/2021, do Poder Executivo, que altera a Lei Complementar nº 48, de 10 de junho de 2019, na forma que indica, esse projeto teve pedido vista feito na última sessão pelo deputado Carlos Geilson; Projeto de Lei nº 24.362/2021, também procedente do Poder Executivo, que altera a Lei nº 2.929, de 11 maio de 1971, na forma que indica e dá outras providências; e o projeto de decreto legislativo dos Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas reconhecendo o estado de calamidade pública em diversos municípios baianos.

Não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestação de orador no Pequeno Expediente.

Grande Expediente.

Não há orador inscrito.

## GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente, eu já pedi uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É. V. Ex.<sup>a</sup>...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, eu queria, iniciando a sessão, deputado Hilton, a não ser que V. Ex.<sup>a</sup> tenha algum compromisso, mas eu queria verificar se a gente poderia abrir os debates agora no Horário das Representações Partidárias, uma vez que, agora, antes de vir para cá, eu conversei com os representantes da Embasa, e nós estamos chegando a um bom termo em relação ao projeto de lei.

Sobre esse projeto de lei, eu acho que agora nós chegamos a um entendimento. Diferentemente do olhar inicial que tinham os trabalhadores da Embasa, eles enxergam agora o projeto de lei como uma oportunidade para que a Embasa possa, inclusive, disputar as principais ações de saneamento a partir do novo marco regulatório do saneamento. E se nós não agilizarmos esse projeto, nós vamos ter uma Embasa fragilizada, com dificuldades para disputar os projetos ou as ações que estão acontecendo.

Deputado Hilton, a Embasa, hoje ela só pode disputar ações de saneamento, deputado Angelo, no estado da Bahia. Todas as empresas de saneamento do Brasil já alteraram os seus estatutos e os seus regimentos para atuar no Brasil inteiro. A Sabesp acabou de ganhar um contrato aqui no Nordeste disputando em outros estados. A lei tem o objetivo de ampliar a ação da Embasa para além do estado da Bahia e de atualizar no sentido de que a Embasa possa fazer associações, consorciamentos, SPEs para disputar exatamente esses projetos de saneamento que vão rolar no Brasil a partir do novo marco.

Eu acho que a gente poderia ter uma oportunidade aqui de debater um pouco esse tema. Há apenas um posicionamento dos trabalhadores da Embasa, que é no inciso V do § 4º, eles pedem para incluir, além da assembleia geral da Embasa, o Conselho de Administração e também que essa decisão deva estar permeada por estudos de impacto socioeconômico da empresa.

Sobre isso, eu conversei. Não vejo, *a priori*, nenhum tipo de impeditivo. Acabei... Eles estão lá ainda na liderança e devem descer para conversar com os trabalhadores aí na porta. Se a gente interromper o debate na sessão, eu acho que não vai ser permitido que a gente possa avançar. E diferentemente do que as pessoas estão pensando, o projeto de lei tem o objetivo de potencializar a Embasa, e não a fragilizar.

Então, eu queria pedir vênua a V. Ex.<sup>a</sup> para que, se pudesse, retirasse esse pedido de vista. Há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão. Caso V. Ex.<sup>a</sup> não concorde, eu queria pedir ao presidente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que marcasse os 15 minutos regimentais e solicitasse de todos os deputados e deputadas que dessem presença para atender a um pedido do deputado Hilton. Mas, como eu entendo que ele quer debater, eu acho que a gente poderia, até se tiver necessidade, fazer isso mais à frente e ter a oportunidade...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de fazer esse debate agora.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Qual a sua posição, deputado Hilton?

O Sr. Hilton Coelho: Não tenha dúvida, deputado Rosemberg, de que tudo que nós queremos sobre essa matéria é o debate. Acho, no entanto, que restringir esse debate a alguns discursos aqui na nossa tribuna vai empobrecer muito o nível da nossa reflexão. O que a gente precisa é de audiência pública. Eu defendo, inclusive, que o governo retire o projeto e nós façamos um grande seminário sobre quais são esses condicionamentos da alteração do marco regulatório do saneamento básico nacional que nos obrigam a alterar a legislação estadual relacionada à nossa Embasa.

Acho que a melhor estratégia, inclusive, é que nós não façamos nenhuma alteração. Já que a lei nacionalmente está *sub judice*, o melhor é que nós não façamos nenhuma movimentação e que confiemos que o povo brasileiro vá derrotar esse projeto de Jair Bolsonaro. Como todos, acredito que V. Ex.<sup>a</sup> sonha que isso venha acontecer num futuro bem próximo.

Então, sou pelo debate e por isso mesmo acho que esta sessão não deve acontecer com alguns discursos que apenas nos leve a uma votação que vai ser precipitada, sem o necessário aprofundamento das discussões.

Portanto, Sr. Presidente, eu mantenho o pedido de verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. V. Ex.<sup>a</sup>. será atendido.

Por favor, zere o painel.

Sr. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão que depende de 21 Srs. Deputados para manter a sessão em aberto...

Zere o painel.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, há alguns deputados que estão naquele sistema anterior.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já mandei, deputado, a parte técnica ver quais os deputados...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Então, é preciso contabilizar para verificar aí.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Claro que todos os deputados serão computados, os que estiverem de forma semipresencial.

Srs. Deputados, aproveito para informar a todos os colegas que amanhã teremos reunião da Mesa Diretora, e existe uma proposta de voltarmos, a partir de abril, de forma presencial, todos os setores da Casa. A Assembleia voltará ao normal se a Mesa Diretora assim entender, eu acredito que esse é o sentimento da maioria da Casa, voltarmos totalmente ao presencial, as sessões e todos os setores. Depois desses quase 2 anos e meio funcionando de forma mista, voltarmos de forma totalmente presencial, em virtude, graças a Deus, da diminuição, graças à vacina, graças à ciência, claro, obedecendo todos os protocolos, continuar a exigir o certificado de vacinação para se ter o direito a entrar aqui na Assembleia e participar dos debates. Mas todos os setores da Assembleia deverão, caso a Mesa Diretora amanhã também entenda, voltar ao normal a partir de abril.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Repito: exigindo-se todos os protocolos, o uso de máscara e o certificado de vacinação. Apesar de estarmos vendo em outros países, em outros estados, como o Rio de Janeiro, a liberação do uso de máscara, nós vamos aqui, na Assembleia, ser mais comedidos. Esse é o sentimento, e amanhã, na reunião da Mesa, nós deveremos sacramentar.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg.

Eu queria, deputado Rosemberg, 1 minuto, também parabenizar hoje todas as mulheres do Brasil, da Bahia, pelo seu dia. Apesar, claro, de que todos os dias é o dia da mulher, representada até pelas nossas mães, porque eu considero que a mãe, sem desmerecer os pais, sem desmerecer os outros, mas a mãe, eu acredito, é o que temos de mais importante na vida, até porque, em qualquer hipótese, a mãe sempre estará ao lado dos filhos, então a mãe é única! Então, representando todas as mulheres, em nome de todas as mães do Brasil, do mundo, da Ucrânia, que passa hoje por tantas dificuldades em pleno século XXI, briga pelo poder, mais uma guerra aí no nosso mundo... então, parabéns a todas as mulheres!

Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria pedir a todos os deputados e deputadas que se encontram no cafezinho, nos seus gabinetes que dessem presença, aqueles que estão também acompanhando de forma virtual, para que a gente possa dar continuidade à presente sessão.

Concordo, presidente, e acho que no mês de abril, inclusive já com as informações da redução da contaminação da Covid-19, eu acho que a gente precisa, realmente, deputado Sandro, fazer um esforço para retomar os trabalhos de forma presencial na Casa, obviamente cumprindo todos os ritos que a legislação estadual e nacional exige. Até porque o governo já fez um decreto em que poderão acontecer eventos e reuniões de até 3 mil pessoas, então não faz sentido a nossa Casa permanecer de forma virtual. Eu acho que agora, no mês de abril, em havendo essa queda...

O Sr. Sandro Régis: Abril ou março?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: A partir de abril. A partir de abril para que a gente possa retomar os trabalhos presenciais aqui na Casa.

Queria, mais uma vez, pedir a todos os deputados e deputadas que a gente garantisse a continuidade da sessão através do pedido de quórum do deputado Hilton Coelho. Mas, reafirmando, deputado Hilton, acabei de ter uma reunião com os servidores, os representantes dos servidores da Embasa, e as dúvidas que nós tínhamos eram apenas... E já tiramos basicamente todas. Eu acredito que a gente chegou a um bom termo, e há o entendimento de que não há nenhum tipo de prejuízo para a Embasa com o projeto, com as alterações sugeridas pelo sindicato.

Eu acho que, com isso, a gente protege a Embasa para que possa disputar esses novos projetos, além de estender a atuação da Embasa não só na Bahia, mas também em todo o país para que a gente possa ampliar o poder econômico da empresa. Então, acho que esse debate deve continuar.

Mas quero pedir aos deputados... chamar os deputados Aderbal Caldas, Alan Castro, Alan Sanches, Alex Lima, deputado Bira Corôa, Antonio Henrique, Bobô, Carlos Geilson, Dal, David Rios, deputado Euclides Fernandes, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, o querido Bobô, que acaba de chegar ao recinto, a deputada Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, deputado Josafá Marinho, José de Arimateia, Jurailton Santos.

É lógico, presidente, que eu estou fazendo aqui essa chamada, mas eu sei que tem vários deputados que estão de forma presencial e virtual, e a gente não consegue fazer a leitura na tela. Era só verificar a partir... se já tem mais deputados.

Queria pedir também...

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) aos deputados que não se fazem presentes, que possam atender a essa demanda do querido deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, quero, primeiro, antes de tudo, registrar a presença, mais uma vez, dos trabalhadores da Embasa nas nossas galerias. (Palmas) Quero dizer que essas galerias vão estar todas tomadas – claro, com o condicionamento do que pode ser ocupado por causa da pandemia –, mas, mais uma vez, os trabalhadores da Embasa estão aqui para dizer ao governo que essa votação não pode acontecer. É, na verdade, a terceira vez que os trabalhadores, aqueles que realmente entendem de saneamento básico da Bahia... A nossa Embasa não é qualquer empresa, não é qualquer pequena organização.

Nós temos um quadro de servidores muito capacitado, que estabelece uma relação com a pesquisa neste estado da Bahia. Aliás, é uma das áreas que nós temos, hoje, uma maior relação. Infelizmente, uma das poucas áreas em que existe uma relação muito estreita entre pesquisa científica universitária e os quadros da Embasa, que estão se dispondo a estar aqui para fazer essa discussão. Quero dizer, mais uma vez, ao

governador Rui Costa que esse projeto não pode vir a voto. É um projeto que antecipa tudo o que Bolsonaro quer. E o que Bolsonaro quer para este país é a venda de todas as nossas empresas estatais, sejam elas nacionais ou estaduais. O objetivo deste governo é não deixar pedra sobre pedra em relação à influência do estado nacional, é vender o Brasil, é vender tudo, como bem disse o ministro Paulo Guedes.

Então, essa proposta de adequar a Bahia... porque, vejam, a grande questão é que as alterações que Bolsonaro fez no marco do saneamento básico nacional foram tão profundas, eu diria, tão desastrosas, com o voto contrário de partidos como PSOL, o PT, o PCdoB, o PSB, enfim, todos os partidos que, de alguma forma, se relacionam com a perspectiva de afirmar um projeto nacional, essas alterações foram tão desastrosamente profundas que elas precisam de uma adequação nos estados. A Bahia não pode ser vanguarda na adequação dos estados para implementação da destruição do saneamento básico como patrimônio do nosso povo. Nós não podemos concordar com isso.

Então, a nossa proposta é que esse projeto seja retirado. (Palmas) Vamos fazer um debate sério sobre saneamento. Não vai faltar gente. Aliás, grande parte dessas pessoas, hoje, está aqui na ALBA: uma parte está nas galerias, outra parte está na frente da ALBA, outra parte está discutindo com os parlamentares. Além de tantos outros técnicos, profissionais que podem nos ajudar a fazer um grande seminário e audiências públicas.

Nós sabemos que tudo o que é investido em saneamento básico se reverte quatro vezes mais em saúde para nossa população. É um debate da maior importância. Vamos fazer a discussão sobre saneamento básico na Bahia, a começar pelo decreto de regulamentação da nova lei de saneamento básico da Bahia, que nunca foi regulamentada. Essa, sim, é uma lei progressista.

Nós aprovamos aqui, eu não era deputado ainda, infelizmente, queria estar nessa legislatura histórica, mas essa nova lei foi aprovada nesta Casa nos governos do PT, de fato. E é uma lei que nunca foi regulamentada porque não tem decreto de regulamentação. Vamos discutir isso! Vamos discutir saneamento para frente, vamos discutir Brasil para frente, não enterrando este país, como esse presidente neofascista está fazendo. Nós queremos um outro país, queremos uma outra Bahia e esse projeto vai na contramão dos anseios do povo da Bahia, hoje representados pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras da Embasa.

Parabéns pela garra de vocês! (Palmas) A Bahia vai saber agradecer se mobilizando em relação a essa imensa bandeira.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Temos 17 deputados, entre virtuais e presenciais. No zoom... Não. O zoom está sendo computado. O líder da Oposição, se quiser, pode vir conferir. Por enquanto, nós não temos. (Pausa)

Srs. Deputados, já temos 21 Srs. Deputados, portanto... Deputado Hilton...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, falará, por metade do tempo, o nosso querido Vitor Bonfim e, pela outra metade do tempo, nosso pastor Carlos Ubaldino.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 6 minutos, o deputado Vitor Bonfim.

**O Sr. VITOR BONFIM:** Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Srs., deputados que estão aqui conosco neste dia de hoje, dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. E espero, Sr. Presidente, que a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia possa mostrar, mais uma vez, o seu compromisso com a coisa pública, mostrar que está atendida com o que acontece não só aqui no nosso estado, mas no Brasil.

Quero dizer ao senhor e aos colegas Srs. Deputados que apresentei uma moção de repúdio pelas palavras proferidas pelo deputado estadual do estado de São Paulo, deputado Arthur do Val, que, na sua volta de uma suposta missão à Ucrânia, ofendeu não só as mulheres ucranianas, mas todas as mulheres. E, para meu espanto, para minha incredulidade, para minha surpresa, o deputado, na tentativa de justificar o absurdo que ele cometeu, diz que foi na euforia do momento. Como, Sr. Presidente, se aquelas mulheres que estavam ali fossem coisas, fossem peças de carne, como se ele estivesse defronte a um bufê ou a um serviço de self-service e tivesse exagerado ou sem saber o que escolher.

É tão ilógica, é tão irracional a desculpa que ele tenta dar para o absurdo que ele proferiu, que é preciso que as assembleias do Brasil, como um todo, reajam a isso. Não é mais concebível, é inadmissível, deputado Rosemberg, que um parlamentar proceda dessa forma, ainda mais no caso específico dele, um parlamentar que teve mais de 400 mil votos num estado tão importante como o estado de São Paulo e um caso desse passe incólume. É preciso que haja uma reação, uma punição, realmente, das assembleias legislativas do país como um todo, deputado Sandro Régis, ainda mais no mês de março, mês tão simbólico, tão especial para todas as mulheres, é preciso que haja essa reação.

Então, quero pedir aqui, Sr. Presidente, o apoio de V. Ex.<sup>a</sup>, pedir o apoio da Mesa Diretora para que aprove essa moção de repúdio que apresentei no dia de hoje, deputado Hilton Coelho, contra essa atitude cometida pelo deputado Arthur do Val, autodenominado Mamãe Falei, esse youtuber, meu querido amigo Geraldo. Não é motivo para dar risada, não. É um motivo preocupante, é grave a gente enfrentar, nos dias de hoje, no cenário atual, uma situação como essa, ainda se deparar com uma situação como essa.

Então, é preciso que a gente aumente os esforços, que apresente, Sr. Presidente, como foi feito no ano de 2020 e no ano de 2021, sobretudo na Comissão de Constituição e Justiça, deputado Marcelino Galo, que a gente retome, como foi feito no passado, e priorize os projetos de lei que tramitam nesta Casa, Sr. Presidente, que tratem da temática feminina, que tratem da defesa dos direitos da mulher. Então, é preciso que a gente faça novamente esse esforço, neste mês de março, como aconteceu no ano de 2020 e no ano de 2021, para que a gente possa, mais uma vez, mostrar que a

Assembleia Legislativa da Bahia, os deputados estaduais, as deputadas estaduais que compõem esta Casa têm compromisso com essa pauta tão importante.

Nós temos aqui na Casa, hoje, sete deputadas estaduais, ou melhor, dez deputadas estaduais. Então, é preciso que as nossas colegas também estejam juntas e irmanadas nessa luta em defesa da bandeira da mulher.

E, para terminar a minha fala, na tarde de hoje, Sr. Presidente, quero aproveitar os minutos finais que me restam para fazer um apelo ao nosso querido governador Rui Costa e aos deputados que estão presentes e que nos acompanham não só de forma física, mas também de forma virtual, para que a gente possa aprofundar esse debate em relação ao projeto de lei que trata da Embasa. Tratar com os representantes...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da categoria que estão no Plenário, nas galerias desta Casa e encontrar a melhor forma e fórmula possível para avançarmos nessa legislação.

A gente sabe que é preciso compatibilizar e preparar a nossa empresa pública, a empresa de saneamento e água do estado da Bahia, para que ela possa permanecer viva e ativa por muitos anos, cuidando...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da água e do saneamento nos diversos municípios do estado da Bahia. E a gente já viu exemplos em outros lugares do mundo, outras cidades do mundo que privatizaram os serviços de água e esgoto e, depois de alguns anos, tiveram que voltar atrás e, novamente, tornar os serviços de água e esgoto públicos. A exemplo de Paris, na França, que precisou, depois de privatizar o seu serviço, ter novamente que tornar o serviço público.

A gente sabe do serviço de excelência que é prestado pela Embasa, com poucas cidades no estado da Bahia que geram alguma receita e algum lucro. O subsídio cruzado que é praticado pela empresa, cobrando a mesma tarifa em todos os municípios, é fundamental para que todos os baianos possam ter acesso aos serviços de água e esgoto.

Então, quero deixar aqui o meu apelo para que nós possamos encontrar uma solução o mais breve possível, sobretudo ainda esta semana, para permitir que avancemos nessa legislação e tenhamos, até o dia 31 de março, uma lei regulamentando os serviços de água e esgoto no estado da Bahia, compatível com o novo marco de saneamento básico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Ubaldino, pelo tempo de 6 minutos.



**O Sr. CARLOS UBALDINO:** Sr. Presidente Adolfo Menezes, companheiros deputados e deputadas, amigos que nos prestigiam nas Galerias Paulo Jackson, sejam bem-vindos.

Não poderia deixar passar despercebido este dia concernente à figura do ser humano: uma mãe. Por certo, todas as autoridades que estão nos ouvindo estão parabenizando as suas queridas mães, porque todos eles vieram de uma mãe.

Deus criou todos os seres vivos e criou o homem. Olhando para a criação, ele olhou para o semblante de Adão e viu que não era bom ele estar só. Disse: “Far-lhe-ei uma adjutora, uma companheira para que esteja ao seu lado dia e noite.” E, ali, nasceu a primeira mulher, criada, tirada do homem.

Mas passaram-se os dias, porque aquele casal foi traído, e Deus sentenciou que da semente da mulher nasceria um que esmagaria a cabeça da serpente. Passaram-se os dias, as noites sombrias, e em um certo dia, Sr. Presidente, ouviu-se um alarido de glórias a Deus, em alta voz e bom som, dizendo: “Glória a Deus nas alturas, paz na terra e a boa vontade de Deus para com os homens.” Ali, Maria, uma mulher, tinha a primazia de conceber um filho para ser o salvador da humanidade.

Ser mulher significa, para o homem, o maior presente de Deus na vida do homem. Quando o jardineiro entra no jardim ele escolhe a melhor flor, exalando o melhor odor, traz de presente e a entrega a quem ele ama tanto. Foi isso que Deus fez com o homem.

Reconhecido e regozijado por ser filho de uma mãe, hoje de saudosa memória, gostaria, Srs. Deputados, que ela estivesse presente aqui para ver as lágrimas e as palavras do seu filho lhe homenageando.

Então, parabéns, mulher; parabéns, mulheres; parabéns, mães, que até hoje ostentam conceber o seu filho e se sentem orgulhosas em dizer: “Eu sou mãe”.

Então, a mulher tem um valor sem igual. Ninguém pode substituir o amor de um pai e o amor de uma mãe. Uma mãe pode estar distante de um filho, mas se ele estiver usufruindo de grandes momentos o seu coração palpita de alegria; se ele estiver chorando, gemendo, o seu coração sente a dor como se ele estivesse muito perto.

Então, ser mãe é ter o privilégio de dar continuidade à família, à nossa nação. Ser mulher significa ser guerreira.

Eu tenho o orgulho de ter uma filha nesta capital, de nome Débora Santana, que me pediu: “Pai, eu não pude salvar o meu esposo da morte, mas me ajude a salvar outras vidas”.

Eu não a queria na política em hipótese alguma.

E naquele momento chorava ela e chorava eu, porque ela nunca esperou perder o esposo, com 27 anos de idade, de infarto fulminante.

E, hoje, ela faz um trabalho que deixa o coração do pai lisonjeado. Isso é a ação de uma mulher.

Parabéns, mães; parabéns, mulheres! Um beijo no coração, um 2022 repleto de grandes vitórias, de grandes realizações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou o líder do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado José de Arimateia e pelos 5 minutos restantes o deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o deputado Arimateia.

**O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:** Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, eu venho a esta tribuna para parabenizar todas as mulheres da nossa querida Bahia.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, eu queria deixar aqui esse versículo da Bíblia, que está no Livro do Gênesis, capítulo 1, versículo 27: “Assim Deus criou os seres humanos. Ele os criou parecidos com Deus. Ele os criou homem e mulher, e os abençoou dizendo: ‘Tenham muitos e muitos filhos, espalhem-se por toda a terra e a dominem. E tenham poder sobre os peixes do mar, sobre as aves que voam no ar e sobre os animais que se arrastam pelo chão.’” Então, diante de Deus, tanto o homem como a mulher são iguais, todos são a mesma imagem e semelhança. A única diferença é física. No mais, para Deus, todos são iguais.

Então, quero parabenizar todas as mulheres da nossa Bahia na pessoa da minha esposa, Ana Cristina, com quem já sou casado há 36 anos, com 4 anos de namoro.

Outra coisa, Sr. Presidente, eu venho aqui para pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que venha a pautar o projeto que cria o fundo estadual para o idoso, que já está nesta Casa e até agora ainda não foi pautado para votação. Até porque nós estamos já chegando ao grande momento da declaração do Imposto de Renda – todo cidadão, a maioria, vai declarar o Imposto de Renda – e será uma oportunidade para que as pessoas possam fazer a sua doação para o fundo estadual do idoso, para que as políticas públicas possam sair do papel.

Nós sabemos que a Bahia é um dos estados da Federação que ainda não criaram o fundo estadual para os idosos. Dos 27 estados da Federação, nós só temos 16 estados que já criaram o fundo estadual para o idoso. E a Bahia, que está entre os outros 11, encontra-se com essa dívida com a população idosa.

Esperamos, agora, Sr. Presidente, que esse projeto venha o mais rapidamente possível para que nós possamos votá-lo ainda no mês de março, para que a gente possa aprovar por unanimidade esse projeto que tem sido uma luta da população idosa, tem sido a luta de vários deputados desta Casa, inclusive eu, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. E nós esperamos que esta Casa possa dar esse presente.

Até, com muita perseverança, o governador acordou e mandou esse projeto para ser aprovado por esta Casa.

Então, mais uma vez, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, eu venho aqui pedir que seja pautado para a próxima sessão o projeto que cria o fundo estadual para os idosos da nossa querida Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.  
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, a Oposição não usará mais nenhum tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo ou ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, falará, pelos 10 minutos, o deputado Jacó.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 10 minutos, o deputado Jacó.

**O Sr. JACÓ LULA DA SILVA:** Sr. Presidente, colegas deputados, pessoal da tribuna, do cafezinho, da imprensa, da *TV ALBA*, pessoal do apoio.

(Lê) “Senhoras e senhores Deputadas e Deputados

1 - Quero parabenizar com muito entusiasmo a nomeação do companheiro Gilmar, presidente do PT de Cardeal da Silva como secretário de esportes daquele importante município.

Aproveito para louvar a decisão acertada do prefeito Branco pela nomeação e me colocar à disposição para buscarmos fortalecer a gestão e buscar cooperação com órgãos do estado como sudesb para fortalecimento do esporte do município.

2 - Hoje participei de uma importante atividade com os profissionais da enfermagem da Bahia, que realizam mobilização em todo país em prol da aprovação do piso salarial da categoria. Em Salvador a luta conta com apoio do Conselho Regional de Enfermagem - Coren-Ba.

Cerca de 85% da força de trabalho da enfermagem é composta por mulheres. Por isso a data foi marcada para hoje, dia internacional da Mulher.

A proposta do Piso, em tramitação na Câmara dos deputados, na forma do Projeto de Lei 2.564/20 estabelece salário mensal a partir de 4.750 reais para enfermeiros e remuneração de 70% do valor para os técnicos e 50% para auxiliares e parteiras, corrigidos pelo INPC - Índice nacional de Preços ao consumidor.

Aqui na Assembleia apresentamos 2 projetos de Leis que versam sobre 30 horas de trabalho para os profissionais da enfermagem e a sala de descanso para os profissionais da enfermagem, que tenho como prioridade debater com os nobres colegas a importância da aprovação por esta Casa Legislativa.

Aproveitar para saudar os companheiros Davi Apóstolo, Cesar Enfermeiros e todos dirigentes e dirigentes da Comissão Baiana de Enfermagem.

Senhor presidente, eu gostaria também de aproveitar o meu espaço aqui para informar que, atendendo a um pedido de lideranças do bairro de Sete de Abril e comunidades próximas, entrei com uma representação no Ministério Público da Bahia (MP-BA) com o objetivo de que providências sejam tomadas em relação ao desmonte e a tentativa de extinção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Afrânio Peixoto.

Não podemos permitir mais essa arbitrariedade do senhor prefeito de Salvador, Bruno Reis, em conluio com o seu secretário de Educação, Marcelo Oliveira.”

Eles estão fechando essas turmas. É um retrocesso sem tamanho aqui, na cidade de Salvador, Sr. Presidente!

(Lê) “Defendemos a permanência do EJA na escola do bairro de Sete de Abril bem como solicitamos a ampliação desta oferta de ensino para o 6º ao 9º ano (aceleração). A escola e os moradores abriram um pré-cadastro de matrícula e vão provar à Prefeitura que, diferente do que ela diz, existe sim demanda para os cursos. Estaremos na Afrânio Peixoto esta noite para levar o nosso apoio à comunidade.”

Sr. Presidente e colegas deputados,

(Lê) “O dia internacional das mulheres representa pra nós a luta das trabalhadoras. Representa em 1910 a organização das mulheres socialistas trabalhadoras das fábricas Alemãs que foram às ruas reivindicando os direitos de sua classe. Representa a resistência das mulheres estadunidenses que em 1913 protestavam pelo direito ao voto e melhores condições de trabalho. Representa aquelas que na Rússia foram à luta, se organizando e marchando contra a fome e a instauração da primeira Guerra Mundial.

Mas representa, sobretudo, as mulheres brasileiras: Lélia Gonzalez, Maria Felipa de Oliveira, Margarida Maria Alves, Carolina de Jesus, Maria Quitéria, Joana Angélica, Tereza de Benguela, Antônia Garcia, Marielle Franco e tantas outras que suas vidas doaram para a luta. A luta pela abolição da escravatura, a luta pela independência, a luta pelos direitos básicos de sobrevivência.

A luta não começou e não se encerrou com elas. Hoje, podemos presenciar em todas as instâncias sociais a retirada de direitos das mulheres, sejam eles assegurados ou não por políticas públicas.

Como disse Simone de Beauvoir, ainda no século XX, que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados... Neste caso, tomo a liberdade para inserir mais um componente: a crise sanitária. A pandemia da Covid-19 não só colocou em xeque direitos já conquistados pelas mulheres, com o avanço das pautas conservadoras no Congresso, mas, também, ampliou as desigualdades de gênero no país.

Na contra-mão da estratégia mais eficaz de combate à pandemia, permanecer em casa, encontra-se a possibilidade da salvaguarda da integridade e vida das mulheres, pois é sabido que o ambiente doméstico é o espaço no qual as mulheres são submetidas

a uma série de violências sexuais, psicológicas, físicas, morais ou patrimoniais. Dados divulgados pelo Datafolha indicam que “uma em cada quatro mulheres foi vítima de violência durante a pandemia”.

Quando ajustamos a lupa das desigualdades para o mercado de trabalho, vemos o alarmante número de 6,6 milhões de mulheres que deixaram os postos de trabalho entre o final de 2019 e o final de 2020 (primeiro ano de pandemia), segundo dados da PNAD Contínua. E a pesquisa indica mais: as que mais sofreram com o desemprego foram as mulheres jovens e negras.

Contudo, vale ressaltar que, mesmo diante de todos esses índices citados, foram as mulheres que despontaram na liderança das respostas à pandemia da Covid-19, representando 70% dos trabalhadores no setor social e de saúde em nível global, segundo a ONU. No entanto, são sistematicamente excluídas dos órgãos de tomada de decisão sobre a vida e a saúde da população. E, neste ano eleitoral, faz-se necessário lembrar e ressaltar a importância da participação efetiva das mulheres nos espaços políticos e institucionais.

Mesmo sendo a maioria da população brasileira (51,8%, segundo a PNAD 2019), as mulheres não têm esse índice de representação nas esferas do poder, principalmente no Parlamento, onde apenas 15% dos assentos são ocupados pelas mulheres.

Nas eleições municipais, Sr. Presidente, apenas 12% das chapas eleitas para as prefeituras foram encabeçadas por mulheres, e, para o Legislativo municipal, o percentual de mulheres eleitas não passou de 16%.

Obviamente, são dados que demonstram a disparidade e a violência de gênero que ocorre no espaço da política.

A pauta pela emancipação e participação política das mulheres precisa ser absorvida nas organizações partidárias. O Partido dos Trabalhadores, por exemplo, aprovou, no seu 10º Congresso, a paridade de gênero nas instâncias partidárias, o que, de alguma forma, visa a amenizar a desigualdade de gênero no acesso aos espaços de poder.

A participação ativa das mulheres na organização do PT reverberou, sem dúvida, na indicação da companheira economista Dilma Rousseff para o cargo de presidenta do Brasil e, logo depois, da companheira, então senadora, Gleisi Hoffmann para a presidência do partido.

A luta pela maior participação e ocupação dos espaços políticos pelas mulheres deve, também, ser incorporada e defendida por nós, homens. Não há o que temer, quando uma mulher avança, toda a sociedade avança com ela.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Saúdo e me reverencio, portanto, na iniciativa da organização feminista intitulada Coletivo Mulheres de Todas as Lutas, formado por mulheres representantes do interior e da capital do estado, agricultoras, advogadas, cientistas sociais, professoras, autônomas, estudantes, católicas, evangélicas, candomblecistas, LGBTs, negras, indígenas, brancas, militantes do PT e de partidos aliados.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Coletivo Mulheres de Todas as Lutas inaugurou um novo período...”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

**O Sr. JACÓ LULA DA SILVA:** “(...) na luta das mulheres baianas...”

Sr. Presidente, para concluir, permita-me, (lê) “(...) provando que qualquer espaço cabe a elas e com o objetivo de derrubar o muro do machismo nas assembleias político-partidárias, o Coletivo de Mulheres de Todas as Lutas idealizou, no ano de 2020, a campanha ‘Sou Mulher, não sou Laranja’. A campanha promoveu um debate sobre as candidaturas falsas de mulheres que emprestam seus nomes, mas que, na verdade, estão a serviço de esquemas que beneficiam as candidaturas dos homens.”

Sr. Presidente, quero aproveitar, aqui, neste dia, para saudar todas as mulheres da Bahia e do Brasil, porque o Dia da Mulher é todos os dias. Mas este é um dia de luta, é um dia de resistência e é um dia de celebrar a luta das mulheres.

Viva as mulheres da Bahia e do Brasil!

E um forte abraço, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao do Bloco Parlamentar PSB/PL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Tiago Correia: Falará pelo tempo de 5 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, não há orador. O tempo é do governo.

O Sr. Tiago Correia: Ah! Eu achei que já era do governo futuro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Como é, deputado Rosemberg?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Qual é o tempo, de qual, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): PSB/PL.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, não tem orador, não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não tem orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria pelo tempo do PCdoB/PDT. Também não há orador?

Parlamentar não identificado: Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, e a Minoria não...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Quanto ao tempo da Minoria, o Sr. Deputado Sandro Régis já declarou, há pouco, que a Minoria não irá usar os tempos.

Com a palavra o PT.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Vou falar por 10 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Com a palavra o deputado e líder Rosemberg pelo tempo de 10 minutos.

**O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, servidoras, servidores, imprensa, visitantes, representantes dos trabalhadores da Embasa, primeiro, quero dizer que hoje nós estamos no dia 8 de março.

O governador Rui Costa está inaugurando, exatamente neste momento, uma casa em Monte Serrat, que era o antigo Inema, que tem o objetivo de acolher as mulheres, principalmente aquelas mulheres que saem do interior e vêm para o Hospital da Mulher e que, às vezes, não têm local para ficar aqui em Salvador.

E, para isso, esse local vai servir para estudos e pesquisas sobre as mulheres, mas também para o acolhimento dessas mulheres que chegam do interior do estado acometidas de algum tipo de doença, e têm o primeiro tratamento no hospital e, depois, não têm o acolhimento necessário para o pós-operatório.

E é de se lamentar, Sr. Presidente, que, em pleno século XXI, nós, ainda, vivenciamos um processo de discriminação, principalmente das mulheres, dos negros, dos pobres.

E esta guerra entre a Rússia e a Ucrânia nos coloca às claras o quanto ainda há de discriminação racial. E quem percebe e quem acompanha os acontecimentos, não é uma coisa específica do Brasil, mas é algo chocante ver uma tentativa de retirar homens e mulheres negros de trens, numa tentativa de fugir da guerra, por uma priorização de homens e mulheres brancos naquele país. Então é de se lamentar.

E este Dia Internacional da Mulher não é um dia para comemoração, é um dia para reflexão, porque as mulheres, ainda, são, extremamente, discriminadas neste nosso país. E nós precisamos estimular a luta das mulheres para ocupar os diversos espaços na sociedade brasileira. E, muitas das vezes, apenas sobrevivem aos discursos de homens que usam do ponto de vista da retórica, mas que, na prática, não ajudam no sucesso do crescimento e da participação das mulheres nos espaços de poder da sociedade brasileira. Por isso, eu quero dividir esta angústia. Ainda em pleno século XXI, deputado Hilton, vivenciamos um processo, extremamente, cruel de exclusão de mulheres em todos os cantos, e aqui no Brasil também.

Queria aproveitar para tirar algumas dúvidas com relação a algumas falas que são feitas em relação ao projeto de lei que nós estamos debatendo aqui na Casa, diz respeito à Empresa Baiana de Saneamento – Embasa. Diferentemente do que se tentou passar e, hoje, em reunião com os dirigentes sindicais, não há nenhum ponto na lei que tente, deputado Hilton, fragilizar a empresa. É, exatamente, o inverso. É uma tentativa de criar procedimento que possa fortalecer a Embasa para os próximos períodos.

E, hoje, conversei muito com Gilmar Santiago, porque nós estamos enfrentando um governo federal extremamente cruel do ponto de vista do olhar do saneamento, privilegiando os interesses da iniciativa privada, e que enfrentamos um debate no Congresso Nacional. E eu tenho um orgulho imenso de que o meu partido foi na dianteira contra a aprovação deste projeto do novo Marco Regulatório do Saneamento. E não seria nós, aqui, na Bahia, que iríamos diminuir a importância, o tamanho e o papel da Embasa na área de saneamento do nosso estado.

O projeto de lei prevê três coisas: a ampliação da atuação da Embasa no cenário nacional, porque todas as outras empresas públicas ampliaram o seu papel de atuação. Recentemente, a Sabesp fez uma parceria e disputou a atuação na área do saneamento num estado aqui do Nordeste. E nós perdemos, aqui no Nordeste, para uma SPE coordenada pela empresa de São Paulo.

Nós precisamos proteger a Embasa para que, na Bahia, não aconteça o mesmo. Na realidade, a ideia, deputado Robinson – e sei que V. Ex.<sup>a</sup> tem dado uma contribuição para que a gente possa resolver esta peleja –, é a de que nós não podemos mais disputar solitariamente os espaços que antes nós fizemos através da Embasa. E precisamos atualizá-la, modernizá-la no sentido de poder disputar espaços aqui no estado da Bahia que, agora, é prerrogativa dos municípios, não é mais do estado, e, também, disputar espaços em outros locais.

E, aí, na conversa com os dirigentes sindicais, nós chegamos a um entendimento: no inciso V que, antes, competia, pelo projeto de lei, à assembleia da Embasa deliberar sobre os temas com relação à associação, ao consorciamento, à SPE da Embasa, que incluísse o conselho de administração da empresa – só hoje eu entendi a importância disso – e os dirigentes disseram que é no conselho de administração que tem uma representação dos trabalhadores. E para além dessa redação está também que toda a deliberação sobre essas ações deverá estar submetida a estudos de impactos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) socioeconômicos da empresa para seu fortalecimento enquanto executora da política de saneamento no estado da Bahia.

Se a inclusão desses itens protege mais a empresa, não há nenhum tipo de restrição a esse posicionamento. O que nós não podemos é demorar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) porque a cada dia que passa e que a gente demora, a gente deixa a nossa empresa de saneamento frágil em relação às perspectivas de disputas que vão acontecer, inclusive aqui no estado da Bahia.

Não temos contrato da Embasa com a cidade de Salvador. E é a cidade de Salvador a maior cliente da Embasa. Se nós não nos organizarmos para fazer a disputa no mesmo patamar, podemos correr um risco imenso de descapitalizar a empresa, porque é uma das cidades de maior rendimento para a empresa.

Então, presidente, Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, servidores da Embasa, esse debate não é uma discussão de fragilização da companhia, mas é um debate, presidente, para o fortalecimento da empresa para que a gente não possa ficar refém das empresas



dos outros estados, que certamente vão disputar e já estão disputando no interior o saneamento do estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

## **ORDEM DO DIA**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

Em votação o Projeto de Lei Complementar n° 143/2021...

O Sr. Tiago Correia: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Sandro Régis: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deixem-me terminar um pouco de ler, não é, Srs. Deputados?

O Sr. Sandro Régis: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Que altera a Lei Complementar n° 48 de 10 de junho de 2019, na forma que indica.

Ordem do Dia, deputado Tiago Correia.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, esse projeto do qual o deputado Carlos Geilson pediu vista é um projeto até interessante. Só que eu volto a dizer que nós não podemos votar nenhum tipo de projeto dessa magnitude, Sr. Presidente, sem nenhum tipo de discussão nesta Casa. Esta Casa tem de ficar, esta Casa tem de se engrandecer.

Nós não podemos, Sr. Presidente... E V. Ex.<sup>a</sup> quando foi eleito aqui nesta Casa com seu perfil conciliador, mas uma pessoa muito correta, nós temos de, aqui, Sr. Presidente, diminuir essa questão dos... desses projetos sendo tocados em ritmo de urgência. Porque é complicado, a gente é cobrado lá fora.

E, em cima disso, eu quero – até para ajudar a imagem deste Parlamento – pedir a verificação de quórum de votação, uma verificação nominal desse projeto, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar a palavra ao deputado líder. Deputado Sandro, meu amigo, deputado líder, cabe a este presidente pautar os projetos. É por isso que há as lideranças para fazer acordo ou não; se não fizer, obedecer a todo o Regimento conforme ele dita.

Esta Presidência cumpre o seu papel pautando os projetos. E esse projeto está em pauta porque está sobrestando. Então, primeiro, seguindo a lei, nós temos de votá-

lo primeiro, senão não pode entrar outro projeto, a não ser que o governador, que o governo retire o projeto de pauta. Nesse caso, cabe às lideranças.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, todos esses dois projetos estão sobrestando a pauta. Esse projeto, deputado Sandro – e eu entendo V. Ex.<sup>a</sup> –, está aqui desde outubro. Nós fizemos um acordo na semana passada, lemos o projeto, foi solicitado vista e vamos votar agora, no dia de hoje.

Eu queria fazer uma ponderação com V. Ex.<sup>as</sup>: se nós votarmos esse projeto, automaticamente teríamos que ler o outro projeto. Eu queria fazer uma sugestão: já que o outro projeto foi acordado entre as partes – e conversamos aqui a semana passada –, eu não colocaria o projeto até para atender um pleito do sindicato. Não colocaria o projeto nem leria o projeto. O novo projeto. Daria um tempo de uma semana para debatermos esse tema ainda mais, aprovaríamos o projeto anterior. Aprovado o projeto anterior, então aqui a gente encerraria a sessão. Não votaria esse projeto, não leria e a gente teria a outra sessão para que pudéssemos fazer um novo projeto, que é o PL n.º 24.362/2021, que é exatamente esse que a gente está discutindo. Hoje conversamos bastante com o sindicato, e eu acho que a gente está chegando a um bom termo. Eu tenho certeza, deputado Sandro, de que é da sua vontade e da nossa vontade que a gente possa garantir que a Embasa seja uma empresa que continue nos orgulhando.

Então, se V. Ex.<sup>a</sup> concordar, a gente não colocaria o outro projeto e só votaria aquele que nós já acordamos a semana passada cujo relatório foi lido aqui com os adendos feitos, fruto do debate que nós fizemos entre as lideranças da Maioria e da Minoria e o próprio sindicato.

O Sr. Sandro Régis: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, eu fico até aqui muito tocado pelas palavras do líder Rosemberg Pinto, que nasceu com o dom da oratória. Ele tem uma habilidade com as palavras e com a capacidade... Por isso que é um grande líder, a quem considero até o melhor líder do Governo. Mas quando a gente tratou de votar, ninguém falou de quórum de votação. Inclusive, se houver quórum, nós não vamos obstruir o projeto. Agora, quórum de votação é obrigação do governo de dar na votação. E dessa prerrogativa, Sr. Presidente, a Oposição não irá abrir mão.

Então, minha questão de ordem de quórum de votação permanece.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

Em votação o Projeto de Lei Complementar n.º 143/2021, do Poder Executivo, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam...

Sim, primeiro vai votar nas comissões. Eu vou ler, chamar comissão por comissão.

Comissão de Constituição e Justiça.

Deputado Marcelino Galo, um; deputado Paulo Câmara, ausente; deputado Alan Sanches, ausente; deputado Antônio Henrique...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, mas tem que verificar no painel, porque como nós...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

Sidnei, por favor, pode me ajudar para ver quem está no painel?

Deputado Antônio Henrique está no painel, Sidnei? De forma virtual?

Antônio Henrique, ausente.

Deputado Euclides Fernandes, ausente; deputada Ivana Bastos, ausente; deputado Vitor Bonfim, presente; deputado Zé Raimundo está aí?

Não há quórum.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O deputado Zé Raimundo está presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não está presente aqui, não, deputado. Não está no Zoom. Não está no painel. Então, infelizmente, deputado Rosemberg...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pode ir a outra comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Solicito marcar 15 minutos, porque algum deputado chamado pode dar presença.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Quinze minutos por cada comissão, não é, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, o total.

Próxima comissão depois da Comissão de Constituição e Justiça...

O Sr. Hilton Coelho: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Hilton Coelho: Eu não estou entendendo. A verificação já não foi feita?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, é por comissão, deputado Hilton. Quinze minutos no total para o deputado dar presença. O.k.?

Na Comissão de Constituição e Justiça não houve quórum, então eu estou passando para a próxima, que é a Comissão de Saúde, que passo a ler em seguida.

Deputado Eduardo Salles, ausente; deputado José de Arimateia, ausente; deputado Alan Sanches, ausente; deputado Alex da Piatã está por vídeo; Bira Corôa, ausente; deputada Fabíola Mansur, ausente; deputado Jacó, ausente; deputado Niltinho, ausente; o deputado Jacó está por vídeo.

Próxima: Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo. Deputado Pedro Tavares, ausente; deputado Niltinho, ausente; deputado Alex Lima, ausente; deputado Eduardo Salles, ausente; deputada Jusmari, ausente, deputada Maria

del Carmen, ausente; deputado Roberto Carlos, ausente; deputado Tom Araujo, ausente.

Próxima: Comissão de Educação. Deputada Fabíola, ausente; deputada Talita, ausente; deputado Bira, ausente; deputada Olívia, ausente; deputado Osni, ausente; deputado Robinson... Osni está presente no vídeo.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Robinson, presente.

Pois não, deputado Rosemberg Lula Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu, uma vez que... Queria ver se a gente fazia aqui... Eu propus ao deputado Sandro... propus, regimentalmente, que a gente visse se há possibilidade de já fazer a convocação da sessão para amanhã.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Em relação à Oposição, não existe acordo.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não! Mas isso aí não tem nada... Não é acordo, não. É porque nós estamos em sessões ordinárias, estamos fazendo... Isso não tem nenhum problema.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bom, a gente tem de convocar, deputado, uma sessão extraordinária para amanhã. O.k. Então, já que não há...

O Sr. Sandro Régis: Se V. Ex.<sup>a</sup> quiser convocar, é uma prerrogativa é de V. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. Então...

O Sr. Sandro Régis: Mas a Oposição irá continuar com o mesmo papel que teve hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg Lula Pinto, vai dar mais um tempo ou convoca para amanhã?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Melhor convocar para amanhã.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não é melhor debater, não? Ou vai convocar?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Olhe bem, eu estou propondo, eu propus ao deputado Sandro que votasse o projeto que foi fruto de um acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mas o deputado não está de acordo.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ele não concordou. Se não, obviamente, nós faríamos uma sessão amanhã, porque trabalharíamos no sentido de votar esse projeto, e, então, a gente leria o outro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Então, vou convocar uma sessão extraordinária para amanhã, às 15 horas.

Não havendo quórum nem nas comissões, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Alan Castro, Jurandy Oliveira, Niltinho, Olivia Santana, Roberto Carlos, Robinho e Samuel Júnior. (07)

*Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.*

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.*